



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO**

**ATA Nº 71/2025**

<b>Reunião do Grupo de Trabalho Igualdade de Gênero e a Delegada Rafaella Parca</b>		
<b>1. Identificação da Reunião</b>		
Data: 20/05/2025	Horário: 13h30	Local: Videoconferência
<b>2. Participantes</b>		
<b>Nome</b>	<b>Representação ou cargo</b>	
Rafaella Parca - Delegada da Polícia Federal - Coordenadora Nacional de Combate aos Crimes Cibernéticos relacionados ao abuso sexual infantil		
Erika Sabino - Coordenadora substituta		
Márcia Morgado, Procuradora Regional da República, Coordenadora		
Priscila Schreiner, Procuradora Regional da República		
Pedro Machado, Procurador Regional da República		
Acácia Suassuna, Procuradora Regional da República		
Analúcia Hartmann, Procuradora Regional da República		
Priscila Strassburger, Assessoria da PFDC		
<b>3. Memória de Reunião</b>		
<p><b>Delegada Rafaella</b> informou que, desde sua entrada na instituição em 2018, vem sendo desenvolvido um trabalho de repressão significativamente distinto daquele que era tradicionalmente realizado até então. Explicou que o foco tem sido direcionado à repressão da produção de material relacionado ao abuso sexual infantil, ao resgate de crianças vítimas e também à responsabilização dos consumidores desse tipo de conteúdo. Ressaltou que indivíduos que armazenam e compartilham esse tipo de material também abusam e, portanto, nenhuma conduta nessa esfera deve ser considerada irrelevante.</p> <p>Acrescentou que, para o aprimoramento desse trabalho, foram implementadas ações de capacitação de policiais e fortalecimento da cooperação institucional, tanto no âmbito interno, com outras polícias, quanto no internacional, por meio de redes como a 2047, além da Interpol e da Europol, entre outras. Mencionou que, como resultado, a repressão a esses</p>		

crimes assumiu um formato mais estruturado, com aumento expressivo no número de operações policiais. Informou, inclusive, que nos anos de 2024 e 2025, a maior quantidade de operações realizadas pela Polícia Federal está relacionada a crimes de abuso sexual infantil, tendo esse número superado, com ampla margem, o de outras áreas de atuação da instituição.

Destacou, ainda, que embora os resultados da repressão sejam relevantes, a equipe passou a refletir sobre a necessidade de ações preventivas, considerando os impactos profundos e duradouros que esses crimes causam nas vítimas. Nesse contexto, relatou que, no ano anterior, foi concebido e elaborado um projeto com esse novo viés preventivo. Foi firmado um memorando de entendimento com a organização Safernet Brasil, com o objetivo de padronizar o conteúdo de apresentações e palestras. Informou que o material foi desenvolvido de forma estruturada, considerando quatro públicos-alvo principais: adolescentes; pais, mães e familiares; professores e educadores; e membros da rede de proteção, como conselheiros tutelares. Destacou que a inclusão deste último grupo ocorreu após a constatação de uma significativa carência de conhecimento técnico entre os profissionais que atuam nessa área.

Ela esclareceu que os policiais que participam do projeto o fazem de forma voluntária. Esses profissionais são previamente capacitados pela equipe responsável e recebem material padronizado, garantindo que todos compartilhem uma linguagem e abordagem uniformes nas ações educativas. Mencionou que os slides utilizados nas apresentações contam com comentários orientadores, a fim de oferecer uma referência clara aos palestrantes.

Informou que foi elaborada uma apostila voltada para as escolas, com o objetivo de assegurar a continuidade do trabalho educativo, uma vez que se reconhece que ações pontuais, como palestras isoladas, não são suficientes para enfrentar o problema de forma efetiva. Assim, sempre que uma escola é atendida — seja por meio de contato direto com a Polícia Federal ou por intermédio das secretarias de educação —, são desenvolvidas estratégias específicas de atuação.

Além disso, relatou que foi produzido um guia destinado aos pais e responsáveis. Informou ainda que o projeto tem sido divulgado por meio das redes sociais oficiais da Polícia Federal, e que está em fase de criação uma página específica no site institucional, a qual reunirá informações sobre os materiais, os policiais capacitados e suas respectivas localidades de atuação. O intuito é oferecer às escolas e demais interessados um ponto de referência claro para buscar apoio e orientação.

Concluiu informando que, até o momento, 122 policiais federais já foram capacitados e estão distribuídos por todas as regiões do país. Já deram palestra para mais de 11 mil pessoas desde agosto do ano passado.

**Erika** relatou que, pelo segundo ano consecutivo, a Polícia Federal foi convidada a participar de evento promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, ocasião em que foi

realizada uma palestra para mais de cem adolescentes. Destacou o forte engajamento do público e a importância do projeto, que tem conseguido despertar o raciocínio crítico dos jovens. Ressaltou que, diante das limitações de pessoal e estrutura para enfrentar a crescente incidência de crimes, é essencial investir na conscientização e no empoderamento dos adolescentes, para que se tornem agentes de prevenção. Enfatizou, ainda, a postura respeitosa e participativa dos adolescentes, que demonstraram interesse em dialogar com a instituição e se fazer ouvir.

**Dra Priscila** mencionou a existência de uma lacuna significativa no conhecimento e na aplicação da Lei nº 12.845/2013 (Lei do Minuto Seguinte), que estabelece o dever do Estado de garantir, por meio da rede pública de saúde, atendimento imediato e integral às vítimas de violência sexual. Ressaltou a relevância da legislação diante do crescente número de casos de violência sexual no Brasil, especialmente envolvendo adolescentes e crianças menores de 14 anos. Explicou que o GT está trabalhando para difundir essa lei.

Ela sugeriu que, considerando a ampla capilaridade do projeto desenvolvido pela Delegada Rafaella e sua equipe, seria muito positivo, caso fosse possível, inserir a divulgação da LMS no escopo das ações já realizadas. Acredita que, por meio do projeto, seria possível ampliar a divulgação dessa legislação e promover o acolhimento adequado às vítimas de violência sexual.

**Dra Márcia** informou que estão em tratativas com o Ministério da Educação (MEC) com o objetivo de firmar um termo de cooperação e mencionou a possibilidade de incluir o grupo da Polícia Federal nas discussões, especialmente em relação à construção de um termo de cooperação. Destacou que, embora o MEC não possa obrigar formalmente os sistemas de ensino a adotarem o protocolo, sua adesão representaria um avanço significativo, pois o Ministério Público poderia utilizar esse instrumento como base para cobrar a implementação pelas escolas em nível local. Sugeriu que essa iniciativa pode ser uma frente de trabalho conjunta, caso a equipe da Polícia Federal considere pertinente.

**Dra Acácia** elogiou o projeto, falou de sua importância e se colocou a disposição para participar e contribuir nos estados em que ela trabalha.

**Dr Pedro** falou do problema da subnotificação e elogiou o projeto da Polícia Federal. Destacou que a violência praticada contra crianças gera impactos duradouros e tende a perpetuar um ciclo de violência ao longo do tempo. Enfatizou que, diante das múltiplas frentes possíveis de atuação, a equipe tem priorizado uma das mais viáveis e, ao mesmo tempo, fundamentais: a disseminação de informação como instrumento essencial de prevenção e conscientização.

Reforçou a ideia de que o tema da LMS e do atendimento integral às vítimas de violência sexual seja incorporado à capacitação dos policiais federais envolvidos no projeto.

Acrescentou que a equipe também se coloca à disposição para participar pontualmente de algumas capacitações, caso haja interesse por parte da Polícia Federal.

**Dra Acácia** sugeriu a utilização do texto que foi encaminhado pelo Grupo de Trabalho ao MEC — quando da recomendação para inclusão da LMS nos materiais deles— como base para envio à Delegada Rafaella, de modo a subsidiar a elaboração de um conteúdo a ser incluído nas capacitações realizadas pela Polícia Federal.

**Delegada Rafaella** manifestou concordância quanto à importância de divulgar informações sobre a Lei do Minuto Seguinte, especialmente entre professores e conselheiros tutelares, considerando que muitos ainda desconhecem essa legislação. Sugeriu a elaboração de um folder explicativo sobre a LMS, que poderia ser incorporado ao material distribuído às escolas e aos pais. Ressaltou, ainda, que é fundamental que os policiais envolvidos no projeto também conheçam a lei e estejam aptos a abordá-la em suas atividades, portanto abordarão esse tema nas capacitações.

Compartilhou que pensa na possibilidade de envolver as polícias civis nas ações de prevenção e capacitação do projeto, por meio da apresentação do material padronizado desenvolvido pela Polícia Federal. Relatou que diversos policiais civis têm demonstrado interesse em participar do projeto preventivo e considerou essa uma excelente oportunidade de fortalecê-los como agentes estratégicos no atendimento a vítimas de violência sexual, sobretudo no chamado “período de ouro” das primeiras 72 horas após o crime.

**Dra Márcia** observou que a proposta da Delegada Rafaella está em consonância com a sugestão dada pelo Dr Pedro, referente à articulação com as polícias nos estados. Acrescentou que também foi considerada, no GT, a possibilidade de firmar termos de cooperação com o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, como uma frente de atuação paralela àquela que já vem sendo conduzida pela Polícia Federal. Destacou que a atuação conjunta com a Polícia Federal — que já possui articulação avançada — seria essencial.

**Delegada Rafaella** concordou. Disse que gosta da ideia de ajudar na parceria com o MEC e poderiam pensar num protocolo de atuação nas escolas.

**Dr Pedro** sugeriu unir esforços para provocar e ofertar capacitação para os atendentes do Disque 100. Poderiam falar com o Ministério do Desenvolvimento Humano.

**Dra Priscila** criará um grupo de Whatsapp do GT com a Delegada Rafaella e a Érika.

#### 4. Itens de Deliberação

Descrição	Responsável	Prazo
Enviar à Delegada Rafaella o material que o GT enviou ao MEC sobre a LMS	Assessoria Multidisciplinar	Imediato

Trabalhar em parceria com o MEC para desenhar um termo de cooperação e sugestão de protocolo de atuação nas escolas.	GT e PF	Imediato
Folder para entregar nas escolas que solicitam a palestra	GT e PF	Imediato
Capacitação atendentes Disque 100	GT e PF	Imediato

**5. Fechamento da ata**

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

**Márcia Morgado Miranda**  
Procurador Regional da República  
Coordenador do GT Igualdade de Gênero

**Priscila Strassburger**  
Assessoria Multidisciplinar

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 28/05/2025 13:51. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave a170eaaa.d5e7f378.ed084d83.6b7beba5



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PGR-00189065/2025 ATA nº 71-2025**

---

Signatário(a): **MARCIA MORGADO MIRANDA**

Data e Hora: **28/05/2025 13:51:38**

Assinado com login e senha

---

Signatário(a): **PRISCILA VILELA STRASSBURGER DANIGNO**

Data e Hora: **29/05/2025 12:50:29**

Assinado com login e senha

---

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave a170eaaa.d5e7f378.ed084d83.6b7beba5